

GUIA-INTERPRETAÇÃO E SEUS ATRAVESSAMENTOS: NARRATIVAS DA ATUAÇÃO NA ESFERA ACADÊMICA

GUIDE-INTERPRETATION AND ITS INTERSECTIONS: *NARRATIVES OF
ACTION IN THE ACADEMIC SPHERE*

GUÍA-INTERPRETACIÓN Y SUS INTERSECCIONES: *NARRATIVAS DE LA
ACTUACIÓN EN LA ESFERA ACADÉMICA*

Katia Regina Conrad Lourenço

Pós doutorado pela Universidad Católica del Norte - UCN e Universidad de La Serena - ULS, no Chile. Doutora em Educação: Currículo, sob orientação do Prof. Dr. Alípio Casali, com bolsa CNPq, defendi, pela primeira vez na história da PUC-SP, uma tese em língua de sinais: Currículo Surdo: Libras na escola e desenvolvimento da Cultura Surda. Mestre no mesmo programa com bolsa CAPES (ênfase em Políticas Públicas e Reformas Curriculares na educação de Surdos) sob orientação do Prof. Dr. Antônio Chizzotti.

Stephanie Caroline Alves Vasconcelos

Doutoranda no Programa de Pós Graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar e Mestra em Linguística Aplicada pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Graduada em Licenciatura Plena em Letras Português e Inglês pela Universidade Federal de São Carlos. Atuou como professora e tradutora/intérprete de Libras contratada na Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, bem como como tradutora-intérprete de Libras/pt contratada no Instituto Federal de Santa Catarina - campus Palhoça.

Jonathas Oliveira Dias

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Educação Especial (CAPES 7), da Universidade Federal de São Carlos (2024 - atual), com financiamento pela CAPES. Graduou-se no curso de bacharelado em Tradução e Interpretação em Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa pela mesma instituição (2019 - 2024).

RESUMO

A guia-interpretação se faz presente de maneira fundamental na vida e no cotidiano de pessoas surdocegas, usuárias deste serviço e que, cada vez mais, adentram espaços formadores e instâncias de poder promotoras do debate de ideias como, por exemplo, as universidades, os eventos científicos e de conferência, por conta das políticas públicas em conjunto com ações de acessibilidade e inclusão. Logo, a participação destes indivíduos, nos leva a refletir sobre o trabalho dos guias-intérpretes na promoção do acesso nestes cenários e quais questões permeiam o oferecimento desse serviço. A partir da metodologia da pesquisa narrativa, de natureza expo-post-facto, esta investigação parte das experiências narradas de nove profissionais que atuaram diretamente com pessoas surdocegas em um congresso científico. Sendo assim, os objetivos deste estudo são: 1) entender os processos que envolvem o trabalho dos guias-intérpretes; 2) compreender quais desafios permeiam estas etapas; 3) resgatar as estratégias utilizadas para o atendimento dos congressistas surdocegos; 4) refletir os aprendizados que este cenário possibilitou para os profissionais. Os resultados apontam para as reflexões emergentes dos participantes no que diz respeito ao seu papel profissional, ao impacto do trabalho em equipe, a tarefa das instituições no oferecimento do serviço e, por último, evidenciar subsídios para novas práticas formativas e atitudinais que valorizem e aprimorem o trabalho da guia-interpretação e o seu respectivo público-alvo.

Palavras-chave: Pessoas com surdocegueira; Comunicação Tátil; Intérpretes e Guias-Intérpretes; Pesquisa Narrativa; Libras e Língua Portuguesa.

ABSTRACT

The deafblind is fundamentally present in the lives and daily lives of deafblind people, users of this service and who, increasingly, enter training spaces and instances of power that promote the debate of ideas, such as universities, scientific events and conferences, due to public policies in conjunction with accessibility and inclusive efforts. Therefore, the participation of these individuals leads us to reflect on the work of deafblind interpreter in promoting access in these scenarios and what issues permeate the provision of this service. Using the narrative research methodology, of an expo-post-facto approach, this investigation is based on the narrated experiences of nine professionals who worked directly with deafblind people at a scientific conference. Therefore, the objectives of this study are to: 1) understand the processes involved in the work of deafblind interpreters; 2) understand the challenges that permeate these stages; 3) recover the strategies used to assist deafblind congress participants; 4) reflect on the lessons that this scenario enabled for professionals. The results point to the emerging reflections of the participants regarding their professional role, the impact of teamwork, the institutions duties in offering the service and, finally, to highlight and provide support for new training and attitudinal practices that value and improve the work of the interpreter guide and their respective target audience.

Keywords: Deafblind individuals; Tactile Communication; Interpreters and Deafblind Interpreters; Narrative Research; Brazilian Sign Language and Portuguese Language.

RESUMEN

La guía-interpretación juega un papel fundamental en la vida y el día a día de las personas sordociegas, usuarias de este servicio, quienes cada vez más acceden a espacios formativos e instancias de poder promotoras del debate de ideas, como por ejemplo, las universidades, eventos científicos y conferencias, gracias a las políticas públicas junto con acciones de accesibilidad e inclusión. Así, la participación de estos individuos nos lleva a reflexionar sobre el trabajo de los guías-intérpretes en la promoción del acceso en estos escenarios y qué cuestiones afectan la prestación de este servicio. A partir de la metodología de investigación narrativa, de naturaleza expo-post-facto, esta investigación se basa en las experiencias narradas de nueve profesionales que trabajaron directamente con personas sordociegas en un congreso científico. De esta forma, los objetivos de este estudio son: 1) entender los procesos que involucran el trabajo de los guías-intérpretes; 2) comprender los desafíos que rodean estas etapas; 3) recuperar las estrategias utilizadas para la atención a los congresistas sordociegos; 4) reflexionar sobre los aprendizajes que este escenario permitió a los profesionales. Los resultados apuntan a las reflexiones emergentes de los participantes respecto a su rol profesional, al impacto del trabajo en equipo, a la tarea de las instituciones en la oferta del servicio y, finalmente, a evidenciar recursos para nuevas prácticas formativas y actitudinales que valoren y mejoren el trabajo de la guía-interpretación y su respectivo público objetivo.

Palabras clave: Personas con sordoceguera; Comunicación táctil; Intérpretes y guías-intérpretes; Investigación narrativa; Libras y lengua portuguesa.

INTRODUÇÃO

Um dos marcos legais referenciados na luta e nas conquistas das pessoas com deficiência é a Lei n.º 13.146, de 06 de julho de 2015, ou seja, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência ou Estatuto da Pessoa com Deficiência. Esta lei tem como premissa garantir e promover, em condições igualitárias de direitos e liberdades fundamentais, a participação social e cidadã das pessoas com deficiência. Segundo o texto do Art. 2º, o termo “pessoa com deficiência” destina-se a denominar pessoas que tenham impedimento físico, sensorial, intelectual de longo prazo que impliquem barreiras para a participação social plena em igualdade de condições em comparação a pessoas sem deficiência (Brasil, 2015). Iniciamos nosso diálogo repensando a lógica colocada na lei, ainda que essa represente uma conquista legal importante, e apresentando qual concepção da deficiência delinea este estudo.

No artigo supracitado, vemos que a questão da deficiência está atrelada a pessoa “que tem impedimento de longo prazo”, podendo ser interpretada como se as barreiras na participação social da pessoa cega, por exemplo, fosse inerente à pessoa, ou seja, de origem biológica devido a sua característica “in-capacitante”. Essa noção também é observada na Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000 na expressão “pessoas portadores de deficiência” (Brasil, 2000). No entanto, partimos da perspectiva vygotskyana de que os impedimentos sofridos pelas pessoas com deficiência tem como base o núcleo social e não o biológico, assim uma criança surdocega, por exemplo, “não é simplesmente menos desenvolvida que suas contemporâneas normais; é uma criança, porém, desenvolvida de outro modo” (Vygotsky, 2022, p. 31).

Tendo em mente essa compreensão teórica da pesquisa, que atravessa nossas práticas como tradutores e intérpretes de línguas, começamos a nos questionar especificamente com relação às práticas dos guias-intérpretes (GI) na promoção e na garantia da inclusão de pessoas surdocegas e na quebra das barreiras sociais impostas. Reflexão esta instigada na disciplina do Programa de Pós-graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos — UFSCar, intitulada “Comunicação Alternativa Tátil para alunos com

Deficiência Visual associada a outras deficiências”, ofertada pelas Profa. Dra. Flavia Daniela dos Santos Moreira e Profa. Dra. Enicéia Gonçalves Mendes, bem como pelos encontros do Grupo de Estudos e Pesquisas em Inclusão e Comunicação Social Háptica - GEPICSH. As leituras teóricas e as discussões proporcionadas nesses dois ambientes nos fizeram revisitar as experiências de um congresso voltado à Educação Especial e Inclusiva, no qual atuamos na equipe de intérpretes e/ou guias-intérpretes.

O evento contou com a participação de nove pessoas surdas e cinco pessoas com surdocegueira, inscritas tanto como palestrantes quanto na modalidade de participação “ouvinte”. Essa experiência profissional no contexto de congresso acadêmico nos impactou devido: à grande variedade de especificidades envolvidas na comunicação com surdocegos; aos desafios encontrados e às estratégias tomadas pela equipe para atender a todas as demandas ali presentes. Além disso, observamos que um espaço como aquele proporcionou encontros de profissionais GI(s) e de pessoas surdocegas de diferentes estados, bem como desdobramentos empíricos frutíferos desses encontros. Ademais, por ser uma temática estudada e pesquisada há poucas décadas na academia e pelo acesso recente das pessoas surdocegas no ensino superior (Canuto et al., 2019), compreendemos a relevância do registro desse evento e da reflexão sobre a atuação desses profissionais para a ampliação deste debate e para contribuir na inserção acadêmica das pessoas surdocegas.

Resgatando o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015) e a sua defesa ao acesso igualitário e a participação social e cidadã desse público, outro documento igualmente importante que ressoa essas pautas é o Manifesto dos Cidadãos Surdos (Feneis, 2024). Nos “objetivos para a renovação das políticas surdas brasileiras”, o tópico 91 trata mais especificamente do desenvolvimento e da promoção de serviços de tradução e guia-interpretação plenamente acessíveis para surdocegos “assegurando o respeito à sua identidade e às especificidades de comunicação e mobilidade dessas pessoas, em conformidade com os princípios dos Direitos Humanos e da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência” (Feneis, 2024, p. 37). O documento segue discutindo a necessidade e a emergência da formação continuada de

profissionais envolvidos na educação de pessoas surdas e com surdocegueira, bem como na importância do envolvimento da comunidade acadêmica em discussões e proposições para a admissão e retenção de pessoas surdas e surdocegas no ensino superior.

Tendo em vista, as possíveis contribuições deste estudo para a formação teórico-prática de guias-intérpretes e para a promoção da inclusão de pessoas surdocegas na vida acadêmica, nossa questão norteadora se construiu na seguinte investigação: quais práticas envolvem o serviço de guia-interpretação no contexto de congresso acadêmico? Para responder a esta indagação, os objetivos foram entender as etapas que envolvem o trabalho dos intérpretes, compreender quais desafios encontrados no decorrer dessas etapas, resgatar quais as estratégias utilizadas para o atendimento dos congressistas surdocegos e quais aprendizados esse cenário possibilitou para esses profissionais. Assim, nosso trabalho se organiza inicialmente pela discussão dos conceitos que permeiam esta pesquisa na revisão de literatura. Em seguida, discorreremos sobre nosso percurso teórico-metodológico e apresentamos a discussão dos dados obtidos através das respostas do questionário que formulamos e das reflexões que fizemos até o momento. Finalizamos este estudo com as conclusões e as referências bibliográficas que nos apoiaram.

REVISÃO DE LITERATURA

A história das pessoas surdocegas tem seu primeiro registro internacional em 1837. No Brasil, é sabido das discussões sobre surdocegueira desde a vinda de Helen Keller ao país em 1953, no entanto, a primeira formação de guias-intérpretes por aqui ocorreu somente em 1999 (Canuto et al., 2019). As demandas referentes à comunicação, à educação, ao trabalho e ao lazer da pessoa surdocega, bem com a exigência de que haja apoio governamental e comunitário no desenvolvimento e participação social dessas pessoas já haviam sido levantada na IV Conferência Mundial Helen Keller no “Decálogo do Surdocego” em 1989, segundo Canuto e demais autores (2019). Nesse mesmo

documento, define-se a surdocegueira como uma deficiência única e não dupla ou múltipla, mas uma condição que não impede que a pessoa tenha uma vida plena desde que sejam oferecidas oportunidades. Além disso, “a Surdocegueira apresenta uma história de indivíduos com sua própria identidade e cultura.” (Canuto et al., 2019, p. 25).

Esta visão da surdocegueira como uma deficiência única é defendida também por pesquisadores brasileiros em seus estudos publicados no Ministério da Educação (Cader-Nascimento; Maia, 2006). Os autores afirmam ainda que cada criança surdocega tem características singulares congênitas ou adquiridas, por isso as formas de comunicação podem variar. Essa diversidade existente entre as pessoas com surdocegueira pode ser observada através da compreensão de alguns fatores como: se a surdocegueira é pré-linguística ou pós-linguística (Canuto et al., 2009), a maneira que se constroem os elos de mediação, quais estímulos recebe e como vai se desenvolvendo nesse processo (Vygotsky, 2022). Sobre a relação estímulo e resposta, contrapomos com a ligação “ato comunicativo” e “funções da linguagem”:

Os sistemas de comunicação utilizados pelas pessoas com Surdocegueira, de quaisquer idades, serão melhor determinados, estimulados e explorados quando entendemos a relação que existe entre o ato comunicativo e as “funções” da comunicação. Para isso, é preciso estar atento às expressões do rosto e sons que a/o Surdocego/a poderá fazer no momento em que reage a algum estímulo externo ou quando está incomodado. Ou seja, é bem como as funções de toda a comunicação, do protestar, chamar alguém, pedir algo, solicitar mais, entre outros, a saudar, oferecer, confirmar, contestar, nomear, questionar e comentar (Troconis, 2009, p. 86 *apud* Canuto et al., 2019, p. 34).

Assim, a partir dessa comunicação construída com base na interação com a pessoa surdocega ao longo da vida, diversas formas de expressão e compreensão surgiram, conseqüentemente, diferentes tipos de interpretação também vêm sendo desenvolvidas. Desse modo, apresentamos os conceitos de modalidades de língua e quais os tipos de interpretação que são usados dependendo das modalidades envolvidas, pensando no GI como esse profissional surdo ou ouvinte que media a interação entre a pessoa surdocega e outras pessoas que não saibam se comunicar com ela, bem como “descrições de elementos visuais e, inclusive, aspectos gerais de orientação e mobilidade” (Rodrigues e Ferreira, 2019, p. 112). Postulamos, primeiramente, que este estudo compreende a língua como um produto da vida social, da interação entre os falantes e do emprego significativo de signos (Vygotsky, 2022). Portanto, a ideia de que língua só é língua se for vocalizada é uma premissa ultrapassada desde Saussure (2006)¹ quando diz que o usamos o aparelho fonador como instrumento da língua por comodidade e não porque seja a sua função biológica, assim “[a] questão do aparelho vocal se revela, pois, secundária no problema da linguagem” (p. 18).

Tendo em mente que uma língua pode ser expressa de diferentes formas, Rodrigues (2018) explica que a modalidade é constituída justamente pelos meios, sistemas físicos ou biológicos, que a língua se realiza e quais seriam elas: 1) visual-auditiva — são aquelas manifestadas pela voz (boca, diafragma, laringe) e percebidas pela audição; 2) gestual-visual — línguas de sinais produzidas pelos membros superiores (mãos, braços, cabeça, ombros) e compreendidas pela visão; 3) gestual-tátil — trata-se também de línguas de sinais produzidas pelos membros superiores (mãos, braços, cabeça, ombros) e compreendidas pelo tato.

A pesquisa de Rodrigues (2018) faz um recorte voltado especificamente para interpretação intermodal Libras-Língua Portuguesa, por esse motivo não se debruça na terceira modalidade supracitada, descrevendo somente a Libras Tátil. No entanto, se considerarmos os diferentes tipos de comunicação das

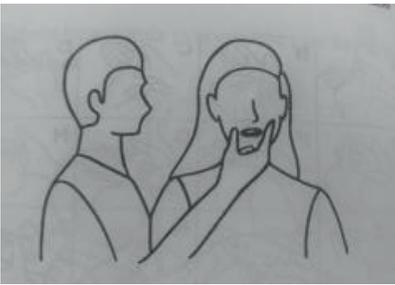
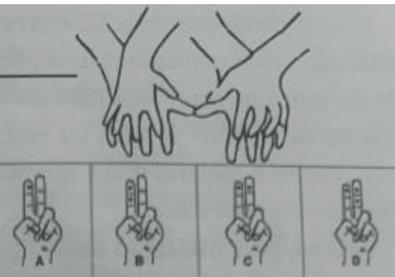
¹ <https://febrapils.org.br/lista-de-referencia-de-honorarios/>

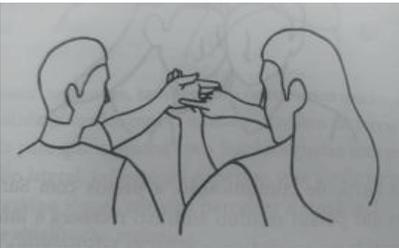
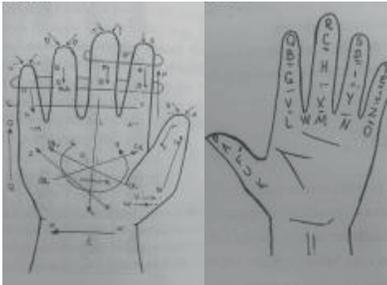
pessoas com surdocegueira, poderíamos pensar na relação transversal entre essas modalidades, como o Tadoma que usa línguas vocais na produção, mas a percepção é tátil. Este caso é uma amostra da variedade e da complexidade da comunicação com surdocegos, por isso trazemos abaixo um compilado de alguns dos tipos que podem ser usados no serviço de guia-interpretação com base em Canuto et al. (2019) e que compõe, segundo os autores, a modalidade cinestésico-corporal:

Tabela 1: Tipos de comunicação

	Nome	Ilustração	Descrição
1	Sinais Táteis		<p>São usados os mesmos sinais da língua de sinais do país ou região, com adaptações, como a redução articulatória. Enquanto o GI sinaliza, a pessoa surdocega permanece com as mãos sobre as mãos do GI para sentir os sinais realizados. Quando a pessoa surdocega enuncia, o GI não precisa tocar as mãos dela, porque pode olhar para os sinais, mas na comunicação entre duas pessoas surdocegas, os dois intercalam na posição das mãos como emissor ou receptor. O ponto de articulação pode ser feito no corpo do sinalizante ou do interlocutor, a depender das estratégias de interpretação.</p>

<p>2</p> <p>Sinais em Campo Reduzido</p>	<p>a)</p>  <p>b)</p> 	<p>Neste caso, também se comunica por meio da língua de sinais local, como a Libras, mas usando o espaço de sinalização de forma reduzida para que pessoas com perda de visão lateral, superior ou inferior consigam ver o que está sendo dito dentro do campo de visão residual. Por esse motivo, por vezes o GI precisa se posicionar mais distante da pessoa surdocega ou, em outros casos, mais próximo, conforme ilustram as imagens a) e b) ao lado.</p>
<p>3</p> <p>Alfabeto Datilológico Tátil</p>		<p>Esta se baseia nos parâmetros das línguas de sinais, mais especificamente da datilologia ou soletração manual. O emissor faz o sinal correspondente a cada letra nas mãos da pessoa surdocega. No caso da Libras, cada letra é feita com uma mão e na BSL com as duas. Note que, ainda que a soletração use parâmetros sinalizados, se a comunicação é feita exclusivamente por soletração, acaba sendo somente o sistema usado, mas a língua em si é a língua vocal, porque as palavras soletradas remontam a imagem acústica daquele conceito e não a visual, por exemplo: A-M-I-G-O, vocábulo do português.</p>

4	Tadoma		<p>Trata-se da percepção tátil da articulação da boca e da vibração produzidas na enunciação de uma língua vocal, para isso os dedos da pessoa com surdocegueira se posicionam ao redor dos lábios e também tocando o pescoço (pregas vocais) do falante. Pelo toque, se reconhecem os fonemas, palavras, frases, ou seja, tudo o que é dito na língua vocal, como o português.</p>
5	Fala Ampliada		<p>Para pessoas surdocegas que têm resíduo auditivo, pode-se emitir ou repetir a informação próximo ao ouvido delas. Há aparelhos, como os que usam sistema em FM, que podem ser úteis nesses casos, pois o emissor fala em um microfone e a pessoa surdocega recebe o que está sendo dito diretamente em um fone de ouvido.</p>
6	Braille Manual		<p>O Braille é um sistema de leitura e escrita em alto-relevo, comumente utilizado por pessoas cegas, que consiste em duas colunas de três pontos cada e cada combinação de pontos corresponde a uma letra do alfabeto. No caso do Braille Manual, ao invés de marcar os pontos no papel, tocam-se as falanges do dedo indicador e do médio para representar as posições dos pontos, ou seja, materializam nos dedos a mesma combinação para cada letra.</p>

7	Escrita na Palma da Mão		<p>Neste cenário, o enunciador escreve letra por letra das palavras que quer dizer na palma da mão da pessoa surdocega, usando sempre letra maiúscula e pressionando levemente. Outra forma de escrita na palma é o “uso do dedo como lápis”, na qual o emissor pega o dedo da pessoa surdocega para escrever na sua própria palma da mão. Nos dois casos, para dar espaço entre uma palavra e outra, o emissor desliza a mão por cima da mão do receptor. E, para “apagar”, esfrega a mão na mão do outro como se fosse uma borracha.</p>
8	Sistema Lorm e Sistema Malossi		<p>Tanto no Sistema Lorm quanto no Sistema Malossi, a comunicação é construída com a digitação de letra por letra das palavras ditas. Essa soletração ocorre por meio do toque ou do movimento do dedo do emissor pressionando o ponto correspondente àquela letra na mão da pessoa surdocega.</p>

Fonte: dos autores com imagens retiradas de Canuto et al. (2019)

Ademais, os autores citam também o Sistema Pró-Tátil, veja o seu uso em: <<https://www.youtube.com/watch?v=l11lahuiHLA>>, que consiste em sinais de *feedback* que relatam as reações, expressões e emoções do palestrante ou da plateia em tempo real, tocando a pessoa surdocega. E, por fim, a Escrita Ampliada, em que se imprime a fala oral em forma de texto escrito com letras grandes e grossas, facilitando a visualização de quem tem resíduo visual (Canuto et al., 2019). Esses dois últimos tipos, por não estarem ilustrados na fonte, optamos por adicioná-los fora da Tabela 1, mas são igualmente válidos

e usados a depender da preferência de cada um. Além disso, optamos por colocar as imagens dos alfabetos recortadas, pois a finalidade era de esclarecimento e exemplificação.

Ao analisarmos quais as línguas usadas em cada forma de comunicação, os tipos 1 e 2 da Tabela acima usam as línguas de sinais como base. Em decorrência disso, os efeitos da modalidade gestual afetam nesses tipos, como: a sinteticidade, a simultaneidade, a iconicidade, a sintaxe espacial e, exclusivamente para o tipo 2, a visibilidade necessária do falante (Rodrigues, 2018). Dentre esses efeitos, destacamos os classificadores manuais para pessoas, a mão atuante e a mão participante, o espaço mental token, o processo anafórico e o uso de hipônimo/hiperônimo trazidos por Canuto et al. (2019) como boas práticas de guia-interpretação, assim como: redução articulatória e a substituição da cabeça pela mão, voltadas para uma sinalização mais econômica (direta e menos desgastante). O tipo 3 pode ser usado tanto a partir de línguas de sinais quanto de línguas vocais, a depender do uso e da estrutura seguida. A partir do tipo 4, as línguas vocais são as bases para os demais tipos, tendo os efeitos de sua modalidade, tais como: linearidade, sequencialidade, articulação do aparelho fonador e a vibração da onda mecânica (seja na audição ou no tato).

Ademais, lembramos que esses tipos são usualmente usados pelo guia-intérprete na mediação da comunicação entre pessoas surdocegas e pessoas ouvintes-videntes, podendo incluir outros perfis, de maneira que podem configurar uma interpretação: a) intralinguística e intermodal, envolvendo uma língua e duas modalidades, como o português vocal-auditivo e o português cinestésico-corporal com Tadoma, por exemplo, ou b) interlinguística e intermodal, abrangendo o português vocal-auditivo e a Libras Tátil gestual-tátil (Rodrigues, 2018) ou cinestésico-corporal (Canuto et al., 2019). Portanto, cada par linguístico ou técnica utilizada exige conhecimentos específicos e implica esforços diferentes do GI, como, por exemplo, a diferença temporal na taxa de produção de palavras e sinais (Rodrigues, 2018). Considerando, então, os tipos de guia-interpretação, as línguas e os efeitos de modalidade envolvidos e os contextos em que se inserem, sejam eles de conferência ou comunitários,

a etapa de preparação prévia para a guia-interpretação é imprescindível para a qualidade do serviço, assim como para é qualquer modalidade de interpretação. Por meio da preparação e da documentação, os GI(s) se munem de mais informações para lidar com dificuldades que surjam, diminuindo seu esforço cognitivo e aumentando sua capacidade de prever situações que afetem o seu trabalho (Gomes, 2024).

Nos tipos que a via tátil está envolvida na produção e/ou na percepção de língua, entendemos que esses são mais ou menos influenciados por parâmetros específicos dessa modalidade, como: movimento, extensão, pressão (Lahtinen; Palmer, 2023). Pensando na interlocução pelo meio háptico/tátil, temos os estudos noruegueses que trazem a Comunicação Háptica como um conjunto de mensagens produzidas pelo toque em partes neutras (costas, braço, pernas) que ampliam a comunicação agregando informações visuais, ambientais, emocionais, à língua vocal ou sinalizada utilizada sem substituí-la, conforme ilustra a Figura 1 abaixo (Canuto et al., 2019):

Figura 1: mensagens hápticas para antecipar e orientar



Fonte: Canuto et al. (2019)

Por outro lado, temos vertente finlandesa, denominada de Comunicação Social-Háptica (CSH), que defende essas mensagens, conhecidas como hápticas, como uma modalidade independente e capaz de estabelecer diálogos sem estar vinculada a uma língua vocal-auditiva ou visual-espacial, como uma língua própria, que pode ser usada sozinha ou em contexto multilíngue:

Os hápticos são formados de diferentes maneiras; alguns são uma descrição natural de uma atividade, enquanto outros são baseados em escrita/ letras, sinais ou símbolos visuais. Quando os sinais são transformados em hápticos, suas estruturas gramaticais mudam. A pele, o sentido do tato e o sentido cinestésico formam um canal distinto para receber mensagens, quando comparado ao olho ou ao ouvido. Os hápticos têm sua própria gramática, chamada háptemas, e formam seu próprio sistema linguístico. A língua social-háptica compara os fonemas e a gramática da língua de sinais. Os háptemas são, por exemplo, pressão, duração, direção e velocidade (Lahtinen; Palmer, 2023, p. 68).

Além dos tipos de comunicação explicitados anteriormente, cabe ao GI dominar técnicas características como parte do seu trabalho como: Audiodescrição ou Descrição Tátil e a Orientação e Mobilidade, por isso da nomenclatura “guia” vinculada a função de intérprete (Canuto et al., 2019). Na Audiodescrição ou Descrição Tátil, o GI descreve as informações visuais (descrição do ambiente, dos objetos e das pessoas) e imagéticas (fotos, ilustrações e vídeos) no momento adequado sem prejudicar a interpretação discursiva. E, na Orientação e Mobilidade, o GI se coloca em posições estratégicas para se locomover com a pessoa surdocega de maneira que ela se sinta mais autônoma e explore o ambiente por meio dos sentidos. Como estamos falando de uma relação que pressupõe o toque entre os envolvidos, é imprescindível uma consideração ética de que nem o corpo da pessoa surdocega e nem do GI são de livre acesso. Portanto, devem ser acordadas as regiões a serem tocadas para estabelecer o diálogo que sejam confortáveis para ambos, tanto do ponto de vista do respeito quanto no quesito ergonômico (Canuto et al., 2019).

Ainda que a relação pessoa surdocega e guia-intérprete desencadeie o estreitamento dos laços entre os indivíduos, estamos falando de uma relação primordialmente de trabalho em que, adicionalmente, as discussões éticas

que norteiam o trabalho do intérprete também devem ser refletidas pelos envolvidos na guia-interpretação (Brasil, 2023; Feneis, 2023). Reforçamos que a atuação profissional do GI e suas condições de trabalho, como revezamento, são reconhecidas pela Lei n.º 14.704, de 25 de outubro de 2023. Vale ressaltar que este documento sofreu vetos, que podem ser lidos no canto esquerdo da lei, a saber, quanto aos tipos de formação que lhe cabem com a justificativa de ser excessiva a atuação de profissionais de nível superior na educação, na saúde, no judiciário e nas artes. No entanto, dada a complexidade da interpretação e, especificamente, da guia-interpretação demonstrada neste tópico, este argumento das autoridades precisa ser revisto em contraste com prática, bem como os efeitos dessa aceitação de formações de nível médio e técnico na oferta de cursos de nível superior relacionados a essas atuações. Além das questões que envolvem as modalidades de língua, os tipos de comunicação, a função de guia se complexifica ainda mais sua atuação a depender dos tipos de barreira que o profissional, conseqüentemente, enfrenta como mediador e promotor da autonomia da pessoa surdocega. A Lei n.º 13.146, supracitada, define barreira no Art. 3º nos seguintes termos:

IV - barreiras: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros (Brasil, 2015).

O mesmo artigo organiza essas barreiras em: urbanísticas, arquitetônicas (espaciais), nos transportes, nas comunicações (incluindo linguísticas e atitudinais) e na informação. Partimos do entendimento que, somente pela vivência das pessoas, pelos seus relatos, compreenderemos como se configuram

essas barreiras e como ultrapassá-las (Souza, 2022). Isto posto, postulamos que a participação de pessoas com surdocegueira nas diversas configurações sociais permite-nos entender na prática o que realmente são essas barreiras e, enquanto sociedade, qual a nossa responsabilidade diante delas. Rodrigues (2018) afirma, também, que a presença de intérpretes em múltiplos contextos amplia as pesquisas linguísticas e tradutórias empiricamente motivadas e, para nós, o mesmo se aplica à atuação de guias-intérpretes, haja vista a escassez de formação específica (Piva; Witches, 2023). Isso porque a formação de GI(s) tem sido ofertada, desde a década de 90, por meio de cursos livres de organizações da sociedade civil, como Grupo Brasil e a Ahimsa, e, como disciplina obrigatória nos cursos de formação superior de Tradutores e Intérpretes, somente pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Com todo esse arcabouço teórico em mente, apresentamos o desenho metodológico deste estudo, seguido da discussão dos dados e dos resultados obtidos.

METODOLOGIA

Ao sermos envolvidos sob o mesmo bojo das relações de cumplicidade que residem na prática da guia-interpretação — entre guia-intérprete e guia-intérprete; entre guia-intérprete e surdocego(a) — baseando-nos na experiência de ter não somente o domínio do discurso interpretado, mas a relação de confiança que se estabelece no ato interpretativo entre os sujeitos historicamente situados nas diferentes cadeias comunicacionais discursivas as quais estamos todos expostos (Santiago; Lacerda, 2016), coube a nós autores refletir em “como” evidenciar as falas de cada participante envolvido no intuito de revelar, de fato, o tecido social que se estende para além das estruturas institucionalizantes que nos cercam. Por isso, decidimos assumir a pesquisa narrativa como método desta investigação, pois “a narrativa só é cabível entre sujeitos que tenham estabelecido total relação de confiança entre si; esses atores devem estar imbuídos apenas da intenção em alcançar a profundidade e seriedade exigidas pela metodologia narrativa.” (Souza, 2022, p. 125).

A pesquisa narrativa é de abordagem qualitativa (Gil, 2008) e se dá pelo encontro, por contar o vivido e experienciado, razão pela qual, embora as experiências e vivências tenham sido narradas por meio de um formulário virtual, por se tratar de uma investigação de natureza *expo-post-facto* (Gordillo et. al., 2010) resgatam o encontro passado e os laços nele construídos. Ainda que a pesquisa narrativa defenda a presença mais latente de seus interlocutores (Souza, 2022), e, no caso, a entrevista (ou encontro) seja o recurso metodológico ideal para este tipo de investigação, optamos pela escrita, por meio de perguntas que direcionam para um mesmo lugar comum, onde:

O pesquisador narrativo se indagará, o que poderá entregar em troca à colaboração do participante, com intenção de deixar um legado social disponibilizado pelo próprio participante que não tem ideia sobre o que proporciona de positivo ao narrador e à sociedade, como resultado da pesquisa. (Souza, 2022, p. 124).

Posto isto, é interessante para nós autores encontrarmos as singularidades do olhar de cada participante por meio de seu respectivo registro, no sentido de que cada sujeito possa acurar-se da escrita (Costa, 2014). Além disso, devido à distância geográfica dos participantes e dificuldade de organizar um horário para que todos se encontrassem, dado as agendas lotadas, a escrita possibilitou que cada um desse sua contribuição no seu tempo disponível. Por essas razões, trouxemos vários excertos diretos das falas dos participantes para aproximar também o leitor deles. A partir do trabalho da guia interpretação em um evento científico, fomos guiados pela intenção de discutir sobre as práticas e os agenciamentos, nos quais estávamos inseridos (Soares; Miranda, 2009) e que culminaram nas narrativas de nove sujeitos — incluindo os autores — sobre suas próprias práticas dentro dessa construção coletiva. Tanto participantes quanto nós autores não estávamos em relação

distante (como convencionalmente são observados em outras pesquisas), mas, sim, em relação próxima por compartilharmos uma trajetória profissional, desempenharmos o mesmo papel naquele contexto e compormos a mesma equipe. Sendo assim, nesta abordagem adotada por nós, fomos, participantes e pesquisadores, sujeitos ativos deste estudo, caracterizando esta “população de narradores” como uma amostra por conveniência (Guimarães, 2008). Assumimos o olhar da perspectiva histórico-cultural para amparar todas as narrativas que serão apresentadas neste estudo.

Para a organização da pesquisa, primeiramente, houve uma reunião dos autores para discutir as experiências individuais, tanto no planejamento quanto na execução da demanda de guia-interpretação no evento supracitado. Como encaminhamento final da reunião, foi elaborado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) com base na Resolução 466/2012 do CNS, acompanhado de um questionário estruturado por meio da plataforma *Google Forms*. O formulário foi dividido em três seções: na primeira, cada participante pôde fazer a leitura do TCLE, apresentado inicialmente e, em seguida, assinar, caso concordasse com a participação, respeitando as diretrizes éticas da pesquisa com seres humanos. A segunda parte do questionário foi destinada ao preenchimento de dados pessoais, com cinco perguntas básicas: e-mail, faixa-etária, nível de escolaridade, tipo de formação específica (empírica, teórica ou ambas), e, por último, em caso afirmativo de formação teórica, qual seria o tipo de curso realizado, a fim de descrevermos a amostra populacional empregada neste estudo. A terceira e última parte foi designada para as perguntas específicas, de maneira que os participantes tiveram que responder a nove perguntas em relação às práticas de trabalho adotadas antes, durante e depois do evento.

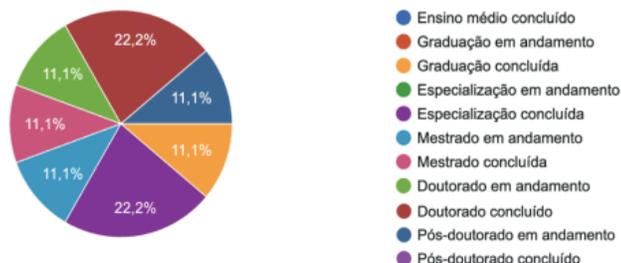
Dito isso, acrescentamos que, aproximadamente, a população de surdocegos no país é de 40.000 pessoas (Brasil, 2023), o que representa menos de 1% da população brasileira. Logo, ao considerarmos o contexto brasileiro por sua extensão, compreendendo também as lacunas e desafios na formação de guias-intérpretes e considerando a nossa experiência nessa comunidade profissional, é cabível inferir a hipótese de que a quantidade de guias-intérpretes que

atuam no Brasil é reduzida e, por mais que estejamos em um país de dimensões continentais, esse grupo acaba sendo conhecido pelos seus componentes de diferentes estados da federação. Na nossa pesquisa, por exemplo, a equipe era composta por profissionais de estados do centro-oeste, sudeste e sul.

Assim, destacamos a quantidade de pessoas com surdocegueira e de GI(s) e o fato desse grupo ser composto nacionalmente para justificar a preocupação com a garantia de sigilo dos participantes e o compromisso ético na discussão dos dados para não facilitar a identificação dos mesmos. Por isso, decidimos atribuir nomes sem nenhuma relação com o verdadeiro dos mesmos, inspirados em cantores brasileiros: Chico, Cassia, Fagner, Flora, Ludmilla, Marisa, Nando, Paula e Samuel. Ademais, a título de contextualização, o congresso teve duração de quatro dias, realizado majoritariamente no período matutino e vespertino, com atividades pontuais no noturno. As atividades promovidas foram: credenciamento, palestras, simpósios, mesas redondas, minicursos, sessões de comunicação, sessões de pôsteres, roda de conversa e coquetel. Em razão da pluralidade de atividades e de situações comunicativas, preferimos não denominar guia-interpretação “de conferência” ou “comunitária” por compreender que gêneros pertencentes às duas categorias compuseram o congresso.

Ao todo, dos treze profissionais contratados, considerando que nem todos atuaram como guias-intérpretes, pois alguns atuaram exclusivamente como intérpretes de pessoas surdas, nove pessoas dos que atuaram como guias-intérpretes participaram da pesquisa, incluindo os autores. A maioria, 33% dos participantes, se enquadrou na faixa etária entre 41 a 45, seguido de 31 a 35 anos e 36 a 40 anos, empatados em 22%. Nenhum dos respondentes tinha menos de 20 anos ou mais de 45 anos de idade. No quesito formação, todos possuíam ensino superior completo e oito dos nove estavam cursando ou concluíram cursos de pós-graduação, do tipo *lato sensu* e/ou *stricto sensu*, não necessariamente na área em que atuam profissionalmente. O gráfico abaixo ilustra em qual dos cursos de pós-graduação (especialização, mestrado, doutorado, pós-doutorado) os respondentes se encontravam ou finalizaram, sendo 11,1% o equivalente a 1 participante e 22,2% a 2 pessoas.

Gráfico 1: gráfico sobre a formação dos participantes



Fonte: os autores

Em relação à formação específica para a atuação como guias-intérpretes, 78% desses profissionais aperfeiçoaram suas habilidades tradutórias/interpretativas para a função, combinando bases de formação empírica e teórica por meio de: a) cursos — 5 pessoas, b) estudo individual — 4 pessoas e/ou c) participação em grupos de pesquisa — 3 pessoas. Os demais 22% dos participantes tinham uma base exclusivamente empírica. Agora que conhecemos melhor o perfil da equipe, trazemos na seção seguinte o olhar de cada participante a respeito dos impactos, experiências e saberes em relação a suas próprias práticas no contexto do evento supracitado.

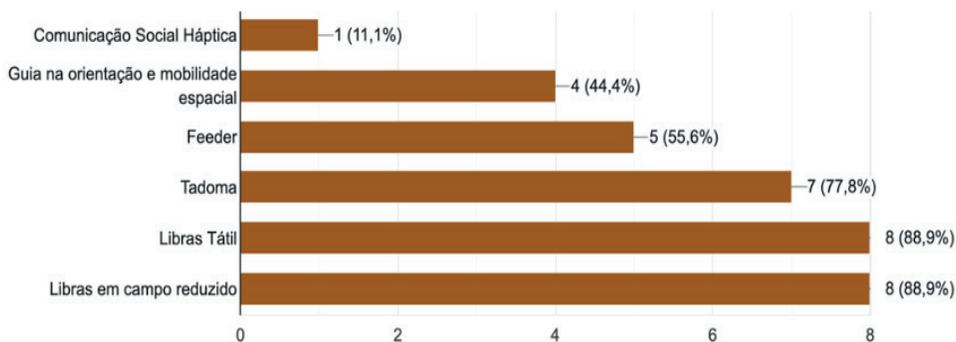
RESULTADOS E DISCUSSÃO

Introduzimos a discussão dos dados pelas falas que descrevem as atribuições da pessoa que atua na guia-interpretação, pois compreendemos que, para dialogar com nossos participantes, precisamos compreender como eles narram suas próprias responsabilidades e limites para entender o seu fazer interpretativo e de que lugar como avaliam a própria atuação. Todos concordam que a função do GI envolve Orientação e Mobilidade (Canuto et al., 2019), mas dois respondentes relataram que o acompanhante ao banheiro e no momentos de alimentação deveriam ser feitos por outro profissional. Um participante relata que alguns combinados esperados não foram feitos inicialmente, mas que depois foram se desenrolando:

“É uma atribuição ir buscar a pessoa surdocega no ponto combinado para guiá-la até a sala. No começo do evento essa demanda não foi bem combinada e esperávamos os colegas do surdocegos trazerem até a sala, pois entendemos que seria o melhor para ela, porém , com os dias do evento, mudamos a estratégia e combinamos pontos de encontro pela universidade. Atribuições podem ser combinadas mediante aquilo que faz mais sentido para o momento, mesmo que ainda não tenha sido previsto” [Chico]

Tendo em vista como os participantes compreendem a própria atuação, as diversas atividades realizadas no congresso anteriormente mencionadas e os diferentes perfis dos participantes com surdocegueira, perguntamos aos GI(s) em quais tipos de comunicação haviam atuado. Conforme o gráfico abaixo, apresentamos os diferentes tipos de atuação empregados na guia-interpretação: para o público com surdocegueira nos dias do evento. Dentre eles, os três mais utilizados foram *Libras Tátil* e *Libras em Campo Reduzido* com 89% e *Tadoma* com 78%, aproximadamente:

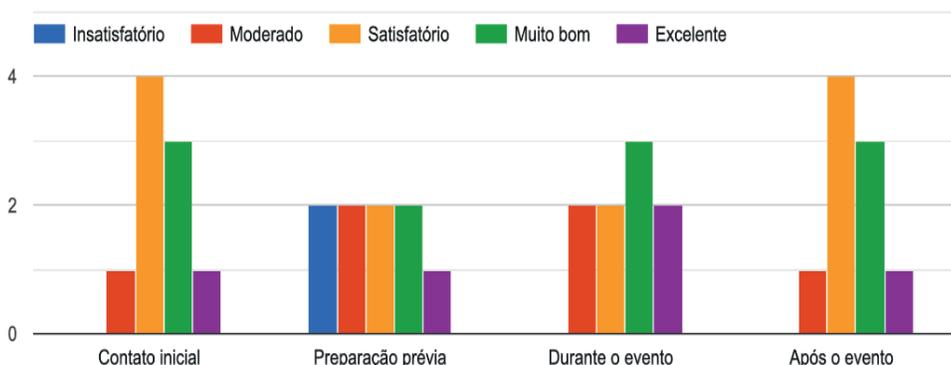
Gráfico 2: tipos de guia-interpretação



Fonte: dos autores

Como pode ser observado no gráfico acima, não incluímos todos os tipos de comunicação apresentados na revisão de literatura deste artigo, por sabermos quais haviam sido mais usados. Mesmo assim, há uma diversidade de habilidades requeridas em cada um dos tipos, como também a influência tanto das modalidades de língua (Rodrigues, 2018) como do gênero/atividade acadêmica e do espaço físico em que estavam mediando. Esses fatores resultam na complexidade do serviço, por essa razão a *preparação prévia* poderia facilitar esse trabalho como observamos nas falas da equipe na análise das etapas a seguir.

Gráfico 3: Avaliação da organização do congresso em quatro etapas



Fonte: dos autores

No geral, a avaliação da equipe de GI(s) a respeito das etapas de trabalho por parte da organização do evento se divide em diferentes opiniões. Interessou-nos saber sobre cada fase do evento desde o *contato inicial*, até *após o evento*. Ao nos debruçarmos sobre as respostas, observamos que parte significativa dos respondentes elegeu “satisfatório”, “muito bom” ou “excelente”, totalizando 88,9% de opiniões favoráveis ao *contato inicial* por parte da equipe de organização.

A respeito da *preparação prévia*, encontramos opiniões que oscilam proporcionalmente desde “insatisfatório” até “excelente”. Isso porque quatro participantes relataram que o envio de informações com antecedência por parte

da organização, como: o material utilizado pelos pesquisadores nas mesas, palestras e minicursos, o local onde as atividades aconteceriam e quais tipos de guia-interpretação permitiriam que os GI(s) estudassem e se planejassem de antemão com base nessas fontes humanas e textuais (Gomes, 2024). Além disso, com mais informações recebidas com, no mínimo, uma semana de antecedência, teríamos mais tempo hábil para as seguintes práticas:

1) Pensar na escala de quantos e quais GI(s) seriam mais adequados para aquela atividade (palestra ou minicurso de um tema específico que um GI pode ter mais repertório que o outro) e para a pessoa surdocega que atenderia (considerando o tipo de comunicação que esta usa, o tamanho dos corpos envolvidos, pois uma pessoa surdocega baixa ou com braço curto usando o Tadoma com um GI muito alto poderia gerar desconfortos aos dois);

2) Estudar tanto o conteúdo quanto a sala onde atuariam (fazendo as mudanças no espaço que fossem necessárias, como levar mesas para apoiar os braços na Libras Tátil e cadeiras com o sem apoio de braços a depender da situação);

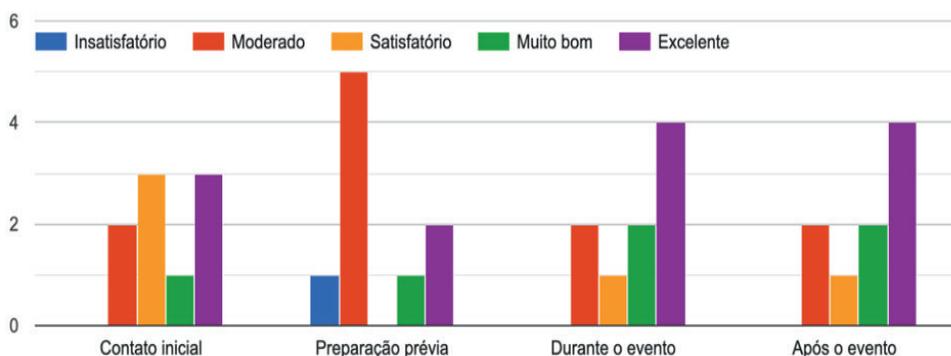
3) Planejar estrategicamente nessa escala a questão da orientação e mobilidade das pessoas surdocegas ao se encaminharem para a atividade seguinte que, por vezes, era em outro prédio. E compreender se haveria a necessidade de guias-intérpretes acompanhantes atuando especificamente no deslocamento dos congressistas com surdocegueira.

Vale lembrar que é da natureza da interpretação a imprevisibilidade. Entretanto, quanto mais informados, melhor preparados estaríamos para lidar com os imprevistos por meio das preparações do contexto situacional, operacional, temática e psicofisiológica, ilustradas acima (Gomes, 2024). No entanto, as escalas eram recebidas no dia anterior ou no mesmo dia. Mesmo assim, alguns reconhecem ser um trabalho de conscientização das organizações de eventos em construção e que, dadas as dimensões do evento, há dificuldades para conseguir todas essas informações: “Teve engajamento de muitas pessoas para conseguir acesso aos materiais e informações com antecedência. Sempre dá para melhorar, mas no geral, foi muito bom”, disse

Chico. Por esse motivo, o Gráfico 3 também teve duas respostas neutras em “moderado” com 22,2% e cinco favoráveis em: “satisfatório” (2), “muito bom” (2), e “excelente” (1), somando 55,5%. Acerca da organização *durante e após o evento* não houve nenhuma resposta negativa. Essa mudança para uma visão mais positiva em relação à organização pode se justificar pela fala de Cássia ao dizer: “No entanto, no decorrer do evento, a organização esteve à disposição para atender nossas demandas e fazer as adequações necessárias”.

Quando pedimos que avaliassem também as quatro etapas de trabalho por parte da própria equipe de guia-intérpretes, as respostas foram variadas:

Gráfico 4: Avaliação da equipe de guia-interpretação em quatro etapas



Fonte: dos autores

No entanto, apresentaram opiniões mais positivas em *contato inicial* com 77% (somando 3 “satisfatório”, 1 “muito bom” e 3 “excelente”), em *durante o evento* e em *após o evento* com 77% (somando 1 “satisfatório”, 2 “muito bom” e 4 “excelente”). Somente *preparação prévia* teve respostas mais neutras, com 55% em “moderado” - 5 respondentes. O participante que avaliou esta última como “insatisfatória” justificou a resposta por entrar na equipe depois do início do evento por uma necessidade da organização. Dentre os comentários dos respondentes, diversos trechos destacam a colaboração no trabalho em equipe, o apoio aos alunos da graduação e até docentes que se juntaram

à equipe inicialmente contratada de sete guias-intérpretes. Entendemos que esse fator tenha contribuído para o crescimento das barras verde e roxa em *durante o evento e após o evento*:

Tabela 2: trabalho em equipe

Fagner:	“Especificamente nesse evento, a equipe foi muito polivalente e nos desdobramos de forma incrível.”
Nando:	“A equipe se apoiava e buscava se ajudar, mesmo com as dificuldades que tínhamos de não saber exatamente onde os colegas estavam e nem ter recebido uma escala organizada de atuação que permitisse não sobrecarregar os colegas.”
Flora:	“Minha atuação prática como GI foi mais como ‘estagiária’, sendo minha primeira atuação; posso dizer que a experiência foi incrível! Fui muito acolhida, recebi orientações e feedbacks da equipe e me senti parte do grupo. Foi um aprendizado para a vida toda!”
Chico:	“Toda a equipe estava engajada em ajudar-se. Sempre há pontos de melhoria para a comunicação ser mais assertiva, mas no geral, também foi muito boa a troca com todos.”
Cássia:	“Embora não tenhamos nos encontrado com antecedência para discutir a organização da equipe, todos estavam bastante envolvidos e apoiando um ao outro durante os dias de evento.”

Fonte: dos autores

Algo que podemos observar na fala de Flora foi o fato da instituição acabar precisando de mais guias-intérpretes do que havia contratado e, naquele momento, foi preciso pedir que intérpretes, com e sem experiência com guia-interpretação, assumissem a responsabilidade para que as pessoas surdocegas não ficassem desassistidas. Embora algumas habilidades de intérpretes de Libras (ILS) também possam ser usadas por guias-intérpretes (Canuto et al., 2009), há habilidades que são específicas e, por esse motivo, os GI(s) experientes tiveram que orientar os ILS, acumulando mais uma função. Isso gerou dois impactos: um positivo e um negativo. O impacto positivo se revela no sentido da experiência prática fomentar novas habilidades nos iniciantes,

colaborando com a formação destes, mesmo que empírica. Entretanto, decidir preencher esta lacuna ao mirar apenas no aspecto da importância da experiência prática, conseqüentemente, pode contribuir de maneira negativa, na desobrigação do papel das instituições em oferecer melhores condições de acessibilidade ao público alvo do serviço de guia-interpretação, como também em melhores condições de trabalho aos profissionais contratados.

Ao refletir sobre estas problemáticas, podemos encarar a realidade do lugar de formação onde nossas aprendizagens ocorrem, muitas vezes, apenas nas práticas em contextos reais, dada a carência de profissionais, de cursos e déficits instrucionais/pedagógicos que inviabilizam uma melhor formação (Piva; Witchs, 2023). No entanto, o trabalho dos GI(s) já é bastante complexo e, estar na posição daquele que ficará encarregado de ensinar o iniciante, gera uma sobrecarga de trabalho com o acúmulo de responsabilidades adicionais e um desgaste maior. Inclusive, a questão do cansaço aparece algumas vezes, como pode ser lida nas Tabelas 3 e 4. A experiência do estágio, por exemplo, é voltada à prática após o embasamento teórico, por isso Flora se compara a uma estagiária, por ter estudado formalmente em outro momento. Nesse caso em específico, foi uma feliz oportunidade, mas a própria participante acabou desempenhando vários papéis simultaneamente. Assim, não podemos deixar a saúde dos profissionais em segundo plano e arriscar ter conseqüências negativas pela falta de planejamento. Também, pensemos que o cálculo feito para definir quantos intérpretes de Libras são necessários em um evento considerando o quantitativo de atividades é menor que o de GI(s), já que uma dupla atenderia uma sala cheia de pessoas surdas e ouvintes. O mesmo não se aplica a GI(s), pois tem-se que considerar cada pessoa com surdocegueira, as atividades e a sua carga de trabalho mais desgastante pelo contato corpo a corpo, a orientação e mobilidade, dentre outros fatores.

O nosso intuito não é denunciar a instituição ou apontar falhas deliberadamente, ao contrário disso, propomos a reflexão necessária evidenciando as barreiras, as lacunas e os enfrentamentos do público-alvo que necessita de diferentes tipos de acessibilidade e diversas vezes é negligenciado. Como efeito, os profissionais envolvidos nesse atendimento compõem este cenário em condições inadequadas para prestarem seus serviços. Por isso, o lugar da crítica também deve tomar este espaço, uma vez que as instituições de ensino superior que

já estejam acostumadas a contratarem intérpretes e guias-intérpretes, reflitam e garantam a acessibilidade adequada em seus eventos. Sabemos, também, que é necessário avançar no orçamento destinado às instituições de ensino e pesquisa para que esses e outros progressos sejam possíveis. Isso porque, ao olharmos para a questão da temporalidade, sob a égide de leis que já vigoram uma há 22 anos no país (Brasil, 2002) e outra há 24 anos (Brasil, 2000), durante todo esse período avançamos pouco na conjuntura nacional, no que diz respeito à importância dada às pessoas com deficiência e aos profissionais habilitados para os atenderem. Isto posto, para podermos propor mudanças, precisamos identificar os obstáculos, assim perguntamos aos GI(s) quais foram as barreiras encontradas (Brasil, 2000; Brasil, 2015) e as respostas foram:

Tabela 3: barreiras na realização do trabalho durante o evento

<p>Informacionais: 66,7%, 6 GI(s)</p>	<p>“Acredito que o principal problema foi de informação, não saber com antecedência qual seria o contexto da interpretação, não ter uma organização das palestras que seriam interpretadas e nenhum material recebido com antecedência.” (Nando)</p> <p>“Eu não iria participar da equipe de GI, então foi na necessidade que trabalhei, portanto, não houve uma preparação prévia.” (Paula)</p>
<p>Espaciais: 55,6%, 5 GI(s)</p>	<p>“Algumas salas não tinham ar condicionado, ventilador ou, mesmo que tivessem, estavam lotadas, o que sobrecarregava o ambiente e os nossos sentidos (por conta do ruído e da movimentação do trânsito das pessoas que entravam e saíam das sessões). No final de cada dia, a exaustão dos envolvidos era evidente.” (Cássia)</p> <p>“O espaço físico do evento não estava preparado para a quantidade de pessoas com Surdocegueira. Foi necessário o redimensionamento das pessoas no espaço, para garantia da execução do serviço.” (Samuel)</p> <p>“O tadoma foi feito em uma cadeira escolar normal. Eu tive que ficar numa posição super desconfortável durante o evento e depois. Em algumas salas tinha uma cadeira adaptada, em outras não.” (Paula)</p>

<p>Corporais: 44,4%, 4 GI(s)</p>	<p>“Eu diria que houve dificuldades corporais porque foram dias muito quentes e a guia-interpretação exige um contato físico constante. Houve momentos que as pessoas surdocegas e nós estávamos muito cansados e as mãos começavam a pesar.” (Cássia)</p>
<p>Temporais: 44,4% 4 GI(s)</p>	<p>“Ficamos sabendo de última hora sobre as salas, e tivemos que correr para nos organizarmos com as mesas de apoio e posicionamento dos GI e Surdocegos. ” (Fagner)</p> <p>“Gostaria de comentar também que houve momentos em que precisamos mudar a configuração das salas para que tivéssemos visibilidade entre os intérpretes, colocar mesa para apoiar os braços ou sentar em fila para o Tadoma e, esses preparos consumiam tempo e desgaste físico de ir atrás desses apoios. Por isso, a programação deveria ter um tempo maior entre uma atividade e a seguinte.” (Cássia)</p>
<p>Atitudinais: 33,3% 3 GI(s)</p>	<p>“Quanto aos desafios atitudinais, ainda que os participantes do evento fossem pesquisadores e/ou envolvidos na área da inclusão, muitos tocavam nos surdocegos para experienciar a comunicação tátil e/ou tiravam fotos deles e do trabalho de guia-interpretação sem o consentimento deles ou nosso.” (Cássia)</p>
<p>Linguísticas: 11,1% 1 GI</p>	<p>“Quanto à dificuldade linguística, apenas pontuar que muitas pessoas não usam uma linguagem acessível, tornando a experiência de guia-interpretação ainda mais desafiadora.” (Chico)</p>

Fonte: dos autores

Retomando a reflexão da revisão de literatura em concordância com a fala de Cássia, os corpos do GI e das pessoas surdocegas não são de livre acesso nem para o toque e nem para que suas imagens sejam registradas sem a sua autorização. Compreendemos que possa ter sido uma experiência de descoberta e aprendizado para os demais conferencistas, ainda assim posturas que reproduzam capacitismo ou exotismo em relação a alguém devem ser evitadas. Outro fator a ser evidenciado é a questão da fala acessível apontada por Chico, que pode acontecer devido à falta de compreensão sobre o trabalho de interpretação ou mesmo de uma reflexão dos enunciadores de que o público não partilha do mesmo repertório e/ou não tem propriedade do assunto, de modo que se faz necessário reconstruir o discurso em torno dessa premissa

para que suas apresentações alcancem realmente a audiência. Com relação aos ajustes espaciais, resgatamos Rodrigues (2018), pois, no caso da guia-interpretção, a disposição desses dois ou mais corpos e o contato constante entre eles podem ser considerados efeitos de modalidade. Por isso, reiteramos a questão da preparação prévia e das possibilidades de solucionar possíveis problemas antecipadamente (Gomes, 2024), conforme discutido na apresentação do Gráfico 3. A seguir, os participantes narram como contornaram algumas das dificuldades que surgiram e os aprendizados que tiveram:

Tabela 4: estratégias e aprendizados

Paula:	Atuando no tadoma, eu aprendi que, ao fechar o olho, eu consigo ouvir melhor o discurso para repetí-lo. Às vezes, o ambiente chamava minha atenção mais do que o discurso, por isso fechar o olho me ajudava a focar 100% no discurso.
Nando	Algo que a equipe desenvolveu foi contar com quem está com você durante a interpretação. Dialogar ao máximo e se apoiar durante o trabalho. E ser flexível para lidar com as situações que não eram previamente organizadas.
Chico:	Percebi muito apoio dos colegas de trabalho que por vezes descreveram com outras palavras aquilo que não estava claro no primeiro momento me ajudando na interpretação. O nível de cansaço interfere na forma como compreendemos a mensagem, mas, no geral, substituí vários colegas e fui substituído nesses momentos desses em que a gente já estava cansado nos finais do dia.
Cássia:	Trabalhei com colegas que aprendi mais sobre as mensagens táteis na pela (Comunicação Social Háptica - CSH) no mini curso de sistemas de escrita e escrita de sinais e é uma modalidade que não tenho experiência. Também precisei ter um cuidado maior com a escolha de roupas para sinalização no campo reduzido. Além disso, pude atuar com colegas surdos intérpretes que é uma experiência muito potente e que raramente tenho.

Fonte: dos autores

Destacamos nas falas acima, estratégias que podem nos auxiliar no momento de atuação como: abafar um sentido para realçar o outro, o uso da paráfrase pelo GI(s) de apoio, a troca no momento de necessidade e não por delimitação de tempo e a escolha de vestuário adequada para sinalização no campo reduzido. As estratégias da Tabela 4 não trazem soluções diretas para as barreiras da tabela 3, mas estratégias que estavam no escopo de possibilidades dos GI(s) para lidar com as situações imprevistas, porque muitas das barreiras não dependem exclusivamente da ação dos GI(s) para ultrapassá-las, mas de todos (da organização, da verba direcionada a eventos científicos, do envolvimento de surdocegos em todas as etapas, de formação qualificada) já que o núcleo da deficiência é o social (Vygotsky, 2022). Portanto, o intérprete não resolve “o problema da inclusão”. Ainda assim, faz-se necessário levantar esses problemas que atravancavam a atuação dos GI(s) para refletirmos como comunidade científica e propor possíveis resoluções, como as que aparecem na listagem posterior. Novamente, salientamos a relevância do trabalho em equipe e a sua necessidade legalmente colocada (Brasil, 2023), a necessidade de preparação prévia (Gomes, 2024) e a necessidade de formação especializada acadêmica para profissionais surdos e ouvintes (Piva, Witches, 2023; Rodrigues, Ferreira, 2019). Somado aos comentários acima compartilhados, observamos que através da pesquisa narrativa, ou seja, da troca estabelecida entre partes que nascem os aprendizados:

Em uma interação verdadeiramente humana, o pesquisador narrativo se indagará, o que poderá entregar em troca à colaboração do participante, com intenção de deixar um legado social disponibilizado pelo próprio participante que não tem ideia sobre o que proporciona de positivo ao narrador e à sociedade, como resultado da pesquisa. (Souza, 2022, p. 124)

Assim sendo, pedimos aos participantes que nos ajudassem a construir possíveis pontos de melhoria para eventos acadêmicos futuros pensando nas suas vivências e os organizamos em forma de lista, reunindo os argumentos que apareceram repetidamente em várias das falas:

1. Estabelecer um diálogo entre organizadores e GI(s) desde a concepção do evento.
2. Convidar pessoas com surdocegueira para atuar na organização do evento.
3. Organizar o espaço físico, os equipamentos necessários e consultar a equipe.
4. Contratar mais GI(s), possibilitando a divisão e o rodízio devido ao grande desgaste físico e cognitivo. E, também, para evitar chamar “na hora” profissionais ou voluntários às pressas.
5. Organizar estrategicamente as pausas para trocas e as refeições dos guias-intérpretes.
6. Aumentar o valor do pagamento dos GI(s) - Valorização do profissional especializado de acordo com tabela Febrapils².
7. Aprimorar a gestão do evento, no sentido de diminuir as barreiras e corrigir os problemas da falta de acessibilidade no decorrer do mesmo.
8. Elaborar um relatório após o fim do evento com os pontos positivos e negativos sobre a atuação dos profissionais para melhoria contínua.
9. Encaminhar o material dos palestrantes e demais participantes com antecedência.
10. Oferecer o serviço antes da necessidade, promovendo oportunidades igualitárias de acesso, para que as pessoas surdocegas saibam e se sintam motivadas a participar.

² SAUSSURE, Ferdinand de. Curso de Linguística Geral. São Paulo: Cultrix, [1916] 2006. Citamos essa referência fora da listagem final, pois esta vertente teórica não está contemplada neste estudo, sendo citada a título de registro histórico.

Compreendemos que as ações listadas dependem da articulação de todos os envolvidos, especialmente dos responsáveis pela gestão, que têm maior controle sobre os processos, os recursos e os prazos de realização de eventos. No entanto, frisamos o n.º 2 e n.º 4 da lista, primeiramente, acrescentando a necessidade de equipes mistas com profissionais GI(s) surdos e ouvintes por diversificar e fortalecer o repertório da equipe (Rodrigues; Ferreira, 2019) e, também, a participação de pessoas surdocegas compondo as organizações dos eventos como uma estratégia real de inclusão e promoção do acesso em condições igualitárias. Sobre a relevância da participação de pessoas surdocegas em eventos acadêmicos, seis respondentes usaram a palavra “visibilidade” no sentido de que as pessoas surdocegas podem ser vistas, conhecidas e reconhecidas na sua potência por profissionais, pesquisadores e pela comunidade acadêmica em geral, como vemos na fala a seguir:

“A presença de surdocegos deixa o evento muito mais rico e diverso, traz à tona assuntos que não seriam tocados sem a presença deles. A presença deles na universidade reforça que é um espaço para todos e demonstra para todos que as pessoas com surdocegueira estão chegando em novos espaços. É tudo de bom, pois desafia tudo e todos a pensar o que a presença deles ali interfere no nosso dia, o que posso melhorar para que essa pessoa esteja mais incluída.” [Chico]

Essa fala nos faz refletir como a presença física dessas pessoas dispara mudanças tanto na concepção e nos comportamentos das pessoas sem deficiência quanto na organização dos espaços e podem ainda “despertar o público para a relevância das pesquisas nesta área, bem como a valorização dos profissionais GIs”, de acordo com Flora. Neste evento, em específico, a questão da visibilidade e das pesquisas foram especialmente motivadas, pois contamos com a apresentação dos participantes surdocegos como conferencistas.

E estar nesse lugar de destaque confere um olhar a essas pessoas de produtores de conhecimento, falando por si mesmas sobre caminhos a serem trilhados pela educação.

CONCLUSÃO

Assim como o educador, o intérprete aponta para onde não se vê (Souza, 2022) por meio de línguas e formas de comunicação que alcançam o interlocutor. Então, retomamos a visão de deficiência como barreira socialmente imposta (Vygotsky, 2022), discutida no início deste artigo, além da função desse profissional como um dos agentes de transposição das fronteiras enfrentadas pelas pessoas com deficiência. Nosso intuito foi que ao discutir as práticas dos GI(s), pudéssemos abrir caminhos e possibilidades ao lançar luz sobre a importância de se discutir o lugar de enunciação, mas também ético-político, dos sujeitos em questão, principalmente ao que se refere nas discussões de campos emergentes como os estudos da interpretação em língua de sinais na esfera acadêmica. A partir da análise do olhar de quem experiencia e de quem executa o trabalho de interpretação, pode nos dar pistas sobre como essa modalidade necessita se aparelhar, para que este espaço compreenda o público com surdocegueira em todas as suas diversidades e demandas variadas.

Conforme nossas discussões se desvelaram, concluímos que cada contexto de interação em que circulam diversos gêneros discursivos devem ser estudados e descritos. A partir da compreensão da diversidade humana e das formas com que nos comunicamos, podemos compreender os impedimentos nos diferentes acessos, para então, eliminar essas barreiras existentes para que este público, especificamente, ocupe este lugar. Entretanto, isso só ocorre ao entendermos o valor do compromisso por parte das instituições de já se prepararem previamente com a oferta de acessibilidade e divulgá-la, ao invés de aguardarem a presença das pessoas com deficiência para só então propiciarem o acesso a elas dentro deste âmbito. Compreendemos que

a heterogeneidade das pessoas deve ser, antes de mais nada, contemplada com financiamento público, para que as instituições tenham poder de decisão e de arcar com elas.

Vale ressaltar que este estudo delimita-se a evidenciar a perspectiva individual de cada guia-intérprete, pois vimos “a possibilidade da pluralidade na singularidade” (Souza, 2022, p. 124), contribuindo com suas narrativas para compreendermos o que está por detrás das práticas de trabalho, além de dar a ver os desafios que são intrínsecos ao contexto da guia-intérpretação, como também evocar as estratégias adotadas pelos guias-intérpretes em suas relações com o público alvo na esfera acadêmica, no cerne da interpretação de conferências/eventos científicos, e, a partir destes pressupostos, considerar os aprendizados que este cenário oferece para os profissionais. Dentre eles, sublinhamos como melhoria necessidade de maior atenção as etapas anteriores e posteriores a realização de eventos para evitar barreiras como falta de GI(s), má organização do espaço físico e falta de informações essenciais.

Ademais, depreendemos urgência de formação continuada e mais pesquisas aprofundando o entendimento sobre os tipos de interpretação, as habilidades e estratégias interpretativas envolvidas, os efeitos de modalidade a partir da perspectiva da recepção do serviço pelas pessoas com surdocegueira como pesquisadoras e como participantes. Portanto, é indispensável também trazer o olhar da pessoa surdocega, em pesquisas futuras, para apontar quais são os enfrentamentos e questões que permeiam as relações inerentes à guia-intérpretação, para que se reúna os pontos e contrapontos das duas perspectivas: aquele que recebe e aquele que executa, com o propósito de valorizar e considerar, em termos práticos, as possibilidades advindas das narrativas de experiências que podem caber em aprimoramento dos processos: desde a preparação antecipada dos serviços de acessibilidade, até mesmo o momento posterior após o encerramento dos eventos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. *Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm. Acesso em: 24 ago. 2024.

BRASIL. Lei nº 14.704, de 25 de outubro de 2023. *Altera a Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, para dispor sobre o exercício profissional e as condições de trabalho do profissional tradutor, intérprete e guia-intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras)*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14704.htm. Acesso em 25 set. de 2024.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. *Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/cCIVIL_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 10 de julho de 2024.

BRASIL. Lei nº 14.605, de 20 de junho de 2023. *Institui o Dia Nacional da Pessoa com Surdocegueira*. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/37246691#:~:text=Institui>

%20o%20Dia%20Nacional%20da%20Pessoa%20com%20Surdocegueira. Acesso em: 25 set. 2024.

CADER-NASCIMENTO, F. A. A.; MAIA, S. R. *Surdocegueira/múltipla deficiência sensorial*. Brasília: MEC/SEESP, 2006. Acesso em: 20 de setembro de 2024. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/surdosegueira.pdf>

CANUTO, B. S; SANTANA JR, C. A; ARAÚJO, H. F.; LOURENÇO, K. R. C. *Práticas de interpretação tátil e comunicação háptica para pessoas com surdo-cegueira*. Petrópolis: Editora Arara Azul, 2019.

COSTA, E. G. *acurar-se da escrita – Maria Gabriela Llansol*. Orientadora: Dra. Lúcia Castelo Branco. 2014. 161 f. Tese (Doutorado). Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bi>

tstream/1843/ECAP-9GQPUK/1/tese_erick_gontijo_costa.pdf. Acesso em: 29 set. de 2024.

FENEIS. *Manifesto dos cidadãos surdos: nossos direitos humanos pela garantia da educação bilíngue ao longo da vida*. Relatório final desenvolvido pela Conferência Nacional da Libras (Conali 2023). [livro eletrônico / texto final coletivo: vários autores et. al.]. 1ª edição. Belo Horizonte: Grupo Feneis, 2024.

GIL, A. C. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, M. F. *Preparação e Documentação para Profissionais Intérpretes de Língua de Sinais*. 2024. Trabalho de Conclusão do Curso (Bacharelado em Letras Libras EAD) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/257805> Acesso em: 10 ago. de 2024.

GORDILLO, R. et al. Metodología de la investigación educativa: Investigación ex post facto. *Recuperado el*, v. 15, 2010. Disponível em: http://formaciondocente.com.mx/06_RinconInve

[stigacion/03_Informacion/Metodologia%20e%20la%20Investigacion%20EX%20POST%20FACTO.pdf](#). Acesso em: 28 set. de 2024.

GUIMARÃES, P. R. B. Métodos quantitativos estatísticos. *Curitiba: Iesde Brasil SA*, v. 1, p. 252, 2008. Disponível em: https://arquivostp.s3.amazonaws.com/qcursos/livro/LIVRO_metod

[os_quantitativos_estatisticos_paulo.pdf](#). Acesso em: 28 set. de 2024.

LAHTINEN, R. PALMER, R. Comunicação Social-Háptica (CSH) - História, Pesquisa e Aplicações. Tradução: Stephanie Caroline Alves Vasconcelos In: AZEVEDO, A. B; VILELA, E. G. BORREGO, C. L; ROQUE, J. P. N (org.). *Coleção Pesquisa Narrativa: memórias*. Volume 3. 1. ed. São Bernardo do Campo: Educação Metodista, 2023. p. 61-86.

PIVA, M. C. M; WITCHES, P. H. Guia-interpretação para pessoas com surdocegueira: análise de uma disciplina obrigatória na formação superior de tradutores e intérpretes de língua de sinais. *Revista Belas Infiéis*, Brasília, v. 12, n. 1, p. 01-26, 2023.

RODRIGUES, C. H. Interpretação Simultânea Intermodal: sobreposição, performance corporal-visual e direcionalidade inversa. *Revista da Anpoll*. v. 1, nº 44, p. 111-129, Florianópolis, Jan./Abr. 2018.

RODRIGUES, C. H; FERREIRA, J. G. Tradutores, intérpretes e guias-intérpretes surdos: prática profissional e competências. Dossiê Temático. *Revista Espaço*, p. 109-125, 2019. Disponível em: <https://seer.ines.gov.br/index.php/revista-espaco/article/download/1544/1498>. Acesso em: 27 set. de 2024

SANTIAGO, V. A. A; LACERDA, C. B. F. O Intérprete de Libras Educacional: O Processo Dialógico e as Estratégias de Mediação no Contexto da Pós-Graduação. *Belas Infiéis*, v. 5, n. 1, p. 165-182, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/belasinfiéis.v5.n1.2016.11375>. Acesso em: 27 set. de 2024

SOARES, L; MIRANDA, L. L. Produzir subjetividades: o que significa?. *Estudos e pesquisas em Psicologia*, v. 9, n. 2, p. 408-424, 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4518/>

451844629010.pdf. Acesso em: 28 set. de 2024.

SOUZA, C. Pesquisa Narrativa: Metodologia Sensível em Relação ao(s) objeto(s) investigados(s). In: AZEVEDO, A. B; BORREGO, C. L; VILELA, E. G (org.). *Coleção Pesquisa Narrativa: concepção*. Volume 1. 1. ed. São Bernardo do Campo: Educação Metodista, 2022. p. 116-142. Disponível em: <http://editora.metodista.br/publicacoes/colecao-pesquisa-narrativa-vol-i>. Acesso em: 25 set. de 2024.

VYGOTSKY, L. S. *Obras Completas – Tomo Cinco: Fundamentos de Defectologia*. Tradução do Programa de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais (PEE). — Cascavel, PR: EDUNIOESTE, 2022. 488 p.